



## MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Secretaria-Executiva - SEEXEC

Departamento de Fundos e Investimentos - DFIN

### **ATA DA 37ª REUNIÃO DO COMITÊ GESTOR DO FUNDO SETORIAL DO AGRONEGÓCIO**

#### **1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA - EXERCÍCIO DE 2023**

**Data:** 13 de junho de 2023

**Horário:** das 14h às 16h

**Local:** Sala de Situação 5º andar do Edifício Sede do MCTI (participação presencial) e no link:

<https://conferenciaweb.rnp.br/mcti/mcti-cggf>, participação web.

#### **CONVOCADOS:**

**I - SÔNIA DA COSTA**, representante do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI, que presidiu o CT AGRO;

**II - CLEBER OLIVEIRA SOARES**, representante do Ministério da Agricultura, e Pecuária - MAPA;

**III - ROGÉRIO FABRÍCIO GLASS**, representante do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços - MDIC;

**IV - RODRIGO ROCHA SECIOSO DE SÁ**, representante da Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP;

**V - ENIO NASCIMENTO DE CARVALHO**, representante do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq;

VI - Representantes do segmento acadêmico-científico:

**a) EDUARDO DELGADO ASSAD**, indicado pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - SBPC, para o primeiro mandato de dois anos, até 21 de julho de 2024;

**b) ELIBIO LEOPOLDO RECH FILHO**, indicado pela Academia Brasileira de Ciências - ABC, para o segundo mandato de dois anos até o dia 01.03.2025.

VII - Representantes do setor industrial:

**a) MARIA CAROLINA CORREIA MARQUES**, indicada pela Confederação Nacional da Indústria - CNI, para o primeiro mandato de dois anos, até 21 de julho de 2024;

**b) RAFAEL GRILLI FELIZARDO**, indicado pela CNI, para o primeiro mandato, contado a partir da data da publicação desta portaria.

#### **CONVIDADOS:**

**Rafael Padula** - Diretor do Departamento de Fundos e Investimentos (FNDCT) – DEFIN/SEEXEC/MCTI

**Hudney Antunes** – Superintendente da área de controle financeiro do FNDCT;

**Breno Abreu** – Gerente de orçamento da área do FNDCT.

#### **EQUIPE EXECUTIVA DE ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DO FNDCT**

**Giordano Azevedo** - Coordenador-Geral de Governança de Fundos;

**Lilian Rose Petres** - Coordenadora-Geral de Gestão de Fundos (CGGF) – Substituta;

**Marcos Vasconsellos** - Analista de Infraestrutura da Equipe Técnica da CGGF.

#### **QUORUM:**

Às 14h do dia 18 de agosto foram verificadas a presença de todos os representantes dos órgãos integrantes do **Comitê Gestor do Fundo Setorial do Agronegócio - CT- AGRO** (MCTI, MAPA, MDIC, FINEP, CNPq, ABC, SBPC e CNI), em acordo com **Portaria MCTI Nº 7096, de 05 de junho de 2023**, obtendo-se um quórum de 100% para a realização da 37ª Reunião - 1ª Reunião Extraordinária do Exercício de 2023.

#### **PAUTA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CT- AGRO – EXERCÍCIO DE 2023**

1. Abertura;
2. Apresentação dos Membros do Comitê Gestor do Fundo Setorial do CT – AGRO;
3. Proposta de reformulação da Portaria Nº 7.252/2019;
4. Proposta de Programas Estruturantes Mobilizadores;
5. Orientações do Conselho Diretor ao Colegiado;
6. Assuntos Gerais.

## **APRESENTAÇÃO E DISCUSSÕES DOS ASSUNTOS DA PAUTA.**

### **1. Abertura**

A presidente do CT- AGRO, Sr<sup>a</sup>. Sônia da Costa, iniciou a **Primeira Reunião Extraordinária do CT- AGRO - Exercício 2023** - no horário previsto, verificou o quórum e solicitou para que todos os membros se apresentassem. Em seguida o Secretário de Ciência, Tecnologia para o Desenvolvimento Social, **Sr. Inácio Arruda** deu as boas-vindas aos membros do Comitê, dizendo que a retomada dos trabalhos deste importante Comitê Gestor do FNDCT é de grande relevância para o MCTI, principalmente neste momento em que se retoma novamente as atribuições desta pasta com a criação da Secretário de Ciência, Tecnologia para o Desenvolvimento Social, mediante o diálogo com os diferentes seguimentos sociais. Disse ainda que o diálogo é a premissa do Presidente da República da Senhora Ministra de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação para esse momento de reconstrução. Salientou ao grupo, que temos que reforçar e garantir o desenvolvimento científico e tecnológico no país, mas para isso, é necessário voltar o olhar para as demandas do “povo mais simples, pois quando a tecnologia chega nas mãos deles, eles dão conta”, reforçando a importância das Escolas Técnicas e seus laboratórios técnicos-científicos para impulsionar a inovação e o desenvolvimento de novos equipamentos de apoio aos agricultores familiares. Finalizou dizendo “olhem para esse povo, são eles que tem condição de colocar o país em pé” e orientou: “a missão aqui é pensar como transferir tecnologia para ampliar a capacidade produtiva” nos diferentes seguimentos de desenvolvimento desse importante setor econômico a agricultura.

### **2. Apresentação da Proposta de Reformulação da Portaria Nº 7.252/2019**

Para expor sobre esse assunto a presidente do CT – Agro convidou o Diretor, **Sr. Rafael Padula** para proceder sua fala. O Diretor início dizendo que sua fala se configura como uma contextualização geral sobre as novas proposições/mudanças que visam qualificar a gestão dos recursos do FNDCT, informando que essa é uma apresentação comum para todos os comitês gestores. Disse que se trata de uma proposta que aponta para uma governança com uma visão mais estratégica para a aplicação dos recursos dos fundos. Contextualizou, dizendo que a da Proposta de Reformulação da Portaria Nº 7.252/2019 está ancorada no diagnóstico realizado pela equipe de transição de governo, cujo relatório registra que nos últimos anos houve uma grande pulverização de iniciativas e sobreposição de programas e ações viabilizados com recursos do FNDCT, resultando em impactos limitados para a ciência, tecnologia e inovação do país. Enfatizou que nos últimos dois anos foram 250 termos de referência aprovados como baixos valores, revelando a grande fragmentação de aplicação dos recursos do FNDCT. Também disse que o relatório do Modelos de Avaliação Global (MAG) do FNDCT, relativo ao período de 2000 ao ano de 2021, aponta a ausência de controle para mitigar tal fragmentação. Diante destas constatações os órgãos de controle orientam para a necessidade de uma visão mais estratégica e estruturante para a aplicação dos recursos do fundo.

Diante destes apontamentos, a atual equipe gestora do MCTI e do FNDCT está propondo orientar a extinção da Carta proposta como instrumento de identificação de demandas para o uso de do FNDCT. Disse que as cartas propostas, além do baixíssimo rigor técnico e a falta de critérios para avaliação das propostas, evidenciam-se também o grande número de atores com possibilidade de endereçamento de propostas aos comitês gestores dos fundos setoriais e ao CCF.

Em contraponto ao relatado, o Diretor do Departamento de Fundos e Investimentos, **Sr. Rafael Padula**, informou que a apresentação de cartas propostas será substituída pela proposição de Programas Estruturantes Mobilizadores com vista a superar a fragmentação relatada e contribuirá de forma estratégica para um maior impacto econômico e social dos investimentos do FNDCT. Informou que as alterações propostas estão sob apreciação da Consultoria Jurídica (CONJUR/MCTI) com previsão de publicação nos próximos dias.

- **Apresentação da Proposta de Programas Estruturantes Mobilizadores**

Como ponto de partida para essa nova forma de pensar a aplicação dos recursos do fundo, o Diretor do Departamento de Fundos e Investimentos, Rafael Padula, deu seguimento à apresentação detalhando a proposta inicial, elaborada pelo MCTI, dos 10 Programas Estruturantes e mobilizadores, a saber:

**1. Programa de Recuperação e Expansão da Infraestrutura de Pesquisa Científica e Tecnológica Nacional – Pró-Infra**

Programa integrado de recuperação e expansão da infraestrutura de pesquisa científica e tecnológica no país, focado no apoio às áreas prioritárias da política de reindustrialização nacional e aos programas estratégicos nacionais.

**2. Programa de Inovação para a Reindustrialização Nacional – Mais Inovação**

Programa integrado com articulação de instrumentos variados de apoio à inovação nas empresas para promoção da reindustrialização nacional, com foco nas missões prioritárias de promover o direito à saúde e à segurança sanitária, a transformação digital, a transição energética e a defesa nacional.

**3. Programa de Difusão e Suporte à Transformação Digital – Conecta e Capacita Brasil**

Programa integrado de promoção da conectividade digital em todo o território nacional via infovias estaduais e redes metropolitanas, acoplado a um programa massivo de capacitação digital de populações com maior vulnerabilidade socioeconômica e escolas.

**4. Programa Integrado de Desenvolvimento Sustentável da Região Amazônica – Pró-Amazônia**

Programa integrado de desenvolvimento sustentável da Amazônia centrado na recuperação, expansão e consolidação da infraestrutura de pesquisa científica e tecnológica na região, bem como na promoção do conhecimento da sua diversidade biológica e humana e do desenvolvimento de tecnologias e atividades econômicas inovadoras para a exploração sustentável das suas riquezas naturais.

**5. Programa de Repatriação de Talentos – Conhecimento Brasil**

Programa integrado de repatriação de talentos científicos, tecnológicos e inovadores a serem fixados em ICT's e empresas nacionais para desenvolvimento de projetos relacionados às áreas prioritárias da política de reindustrialização e aos programas estratégicos nacionais.

**6. Programa de Apoio a Políticas Públicas Baseadas em Conhecimento Científico – Política com Ciência**

Programa de estruturação de redes cooperativas de pesquisa e de apoio a infraestruturas críticas para a formulação, execução, monitoramento e avaliação de políticas públicas nacionais.

**7. Programa de Apoio à Recuperação e Preservação de Acervos Históricos e Culturais Nacionais – Identidade Brasil**

Programa focado na preservação, divulgação e restauração de acervos históricos e culturais de alto valor para o país, com especial atenção para a digitalização e a constituição de acervos digitais, incluindo a produção de Apps e de software.

**8. Programa de Apoio a Projetos Estratégicos Nacionais.**

Promover a capacidade e a autonomia científica e tecnológica em setores críticos para a soberania produtiva e tecnológica nacional, envolvendo projetos transversais, como o Reator Multipropósito Brasileiro – RMB, o

Projeto de Satélite de Observação Terrestre - Missão CBERS 6, e o Laboratório Nacional de Máxima Contenção Biológica.

### **9. Programa de Promoção da Autonomia Tecnológica na Área da Defesa.**

Promover a capacidade e a autonomia científica, tecnológica e de inovação em áreas críticas para a defesa nacional e para a segurança, priorizando projetos com tecnologias transversais e arranjos interinstitucionais que possibilitem a superação de entraves e bloqueios, bem como o transbordamento de tecnologias e inovações.

### **10. Programa de Ciência, Tecnologia e Inovação para Segurança Alimentar e erradicação da Fome**

Programa integrado com articulação de instrumentos, visando o desenvolvimento de soluções sustentáveis de combate à fome e à pobreza através do apoio a pesquisa e desenvolvimento de bioinsumos e outras soluções para nutrição de plantas, por meio da estruturação dos arranjos produtivos locais e do fomento de novas tecnologias para o aumento da produtividade da agricultura familiar nas diferentes regiões, biomas e sistemas de produção.

Após o detalhamento de cada programa, foi enfatizado que se tratam de propostas iniciais de Programas Estruturantes Mobilizadores que, neste momento, estão sendo submetidos a apreciação de todos os comitês gestores dos FNDCT com o objetivo de buscar contribuições dos diversos atores que integram os comitês para o aperfeiçoamento das propostas de programas apresentados.

Explicou que os 10 programas apresentados estão em sintonia com a Portaria MCTI nº 6.898/2023, que define as áreas estratégicas para a elaboração da Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (ENCTI) e, a partir da consolidação dos Programas Estruturantes Mobilizadores, estes orientarão a definição do Plano Anual de Investimento do FNDCT.

O Plano Anual de investimento, após a aprovação do Conselho diretor, trará a distribuição de recursos por Programa Estruturante Mobilizador, enquanto base quantitativa de valores disponíveis para a implantação dos mesmos, que orientarão a posterior elaboração dos Termos de Referência. O MCTI orientará a elaboração dos Termos de Referência, os quais estarão vinculados aos Programas correspondentes, podendo ser Chamadas Públicas, encomendas e cartas convites com valores mínimos ou máximos estipulados.

Com base no apresentado, o **Diretor Rafael Padula** orientou o Comitê quanto à alocação de recursos no programa ou nos programas com maior aderência às temáticas abordadas por cada Comitê. Quanto ao aporte por instrumento de execução, disse que a orientação se volta prioritariamente para as Chamadas públicas com valor **mínimo de 50 milhões** e excepcionalmente mediante encomenda, tendo o valor estimado de **até 10 milhões**, enfatizando novamente que todas essas orientações estarão na portaria atualizada de gestão do FNDCT. Finalizou sua fala agradecendo atenção de todos e colocou-se à disposição para sanar dúvidas que permanecerem.

A presidente do Comitê CT Agro, agradeceu a esclarecedora apresentação e enfatizou a inter-relação entre os programas apresentados, dizendo que cabe ao Comitê identificar qual ou quais programas possuem mais aderências com os objetivos/demandas do CT AGRO.

### **Apresentação FINEP – Execução e disponibilidade de Recursos vinculados ao CT - AGRO**

Conforme orientação da pauta, a presidente do Comitê convidou o Sr. **Hudney Antunes**, Superintendente da área de controle financeiro do FNDCT, para proceder sua apresentação sobre execução e disponibilidades orçamentárias.

### **5. Apresentação do panorama orçamentário do Fundo CT - AGRO**

O Superintendente da área de controle financeiro do FNDCT, vinculado a FINEP, Sr. Hudney Antunes, discorreu acerca da execução orçamentária do FNDCT e, mais precisamente do CT-AGRO, incluindo compromissos passados que oneram o saldo disponível para aplicação em 2023. Em resumo, apesar da liberação de boa parte dos recursos ainda em 2022, há muitas ações já contratadas e em execução que comprometem boa parcela dos recursos referentes ao exercício de 2023.

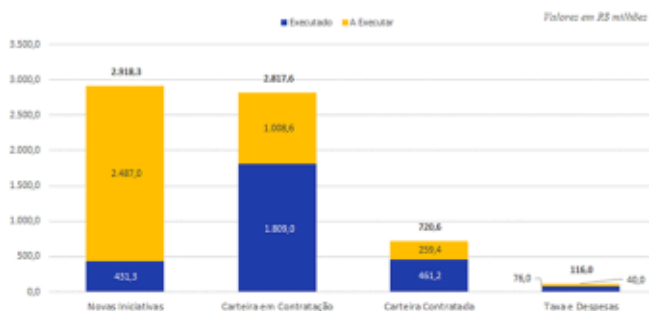
Para o ano de 2023, há previsão de um orçamento total de **R\$ 65 milhões** para o CT - AGRO, porém, os compromissos assumidos com projetos de anos anteriores, consomem boa parte desse recurso. A partir de revisões, por parte do Conselho Diretor do FNDCT, das iniciativas inicialmente aprovadas, foi liberado para o ano de 2023, **R\$ 41,00 milhões** de reais para novas ações.

- Apresentação do resumo da execução FNDCT 2022**

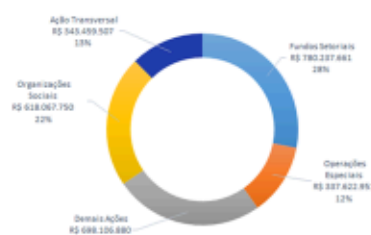
## RESUMO DA EXECUÇÃO 2022

Discriminação	Orçamento Aprovado (Atualizado)	Orçamento Cancelado	Orçamento Utilizado	Saldo do Orçamento
Recursos Não reembolsáveis	4.527.830.561	(1.750.330.561)	2.777.494.749	5.251
Recursos Reembolsáveis (Empréstimo)	4.527.830.561	(1.750.330.561)	2.777.500.000	-00
<b>TOTAL DO FNDCT</b>	<b>9.055.661.124</b>	<b>(3.500.661.124)</b>	<b>5.554.994.749</b>	<b>5.251</b>

Execução Orçamentária - Não Reembolsável (Visão PAI 22)



Orçamento Utilizado – Não Reembolsável (Grupo de Ações)



- STATUS DAS INICIATIVAS DO PAI 2021 E PAI 2022:**

Título da Iniciativa	Status	PAI Ano	Agência	Tipologia	Valor total da ação (R\$ mil)
Biomass tropicais: Sistemática de Diagnóstico e Monitoramento visando o Desenvolvimento Sustentável e Gestão Estratégica do Território nacional	TED 100% descontratado	2021	CNPq	TED	600
Pesquisa e Desenvolvimento para produção do Fêmur do Touro do Semiárido brasileiro para aplicação em produtos lácteos	Contratado	2021	Finep	Encomenda	6.600
Rede FertBrasil: Governança e Soluções Tecnológicas para o aumento da eficiência agrônômica dos fertilizantes, da oferta e diversificação de matéria prima de nutrientes, de novos processos de transformação mineral e sustentabilidade ambiental	Contratado	2021	Finep	Encomenda	11.000
Meteorologia: Pesquisa, desenvolvimento e inovação em meteorologia aplicada ao agonegócio brasileiro.	Em contratação	2021	Finep	Encomenda	10.000
Perdas e desperdícios: Implementar estratégias integradas de monitoramento e infraestrutura básica para minimizar perdas na cadeia de produção de frutas e hortaliças, agregar valor à produção e ampliar o mercado brasileiro de produtos in natura	A cancelar	2021	Finep	Encomenda	9.000
ProsoSolos: Rede para o avanço científico e tecnológico aplicado às múltiplas funcionalidades do solo para o desenvolvimento agroambiental do Brasil.	Contratado	2021	Finep	Encomenda	11.990
Novas Tecnologias de Avaliação Genética Aplicadas aos Programas de Melhoramento da Cana-de-Açúcar	Contratado	2021	Finep	Encomenda	11.536
Chamada pública para apoio a projetos de P,D&I para a área de bioinsunsumos, nutrição de plantas e defensivos agrícolas sustentáveis.	TED em descontratação	2022	CNPq	TED	36.000
Chamada Pública MCTI/Finep – Programa Cadeias Produtivas da Bioeconomia MCTI: Desenvolvimento e Fortalecimento de Cadeias Produtivas da Bioeconomia Brasileira – ICT	Em análise	2022	Finep	Chamada Pública	28.000
Chamada pública para implementação de uma Rede de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação focada nos sistemas alimentares contemporâneos, novos ingredientes, proteínas alternativas e Foodtechs	Em contratação	2022	Finep	Chamada Pública	10.000
Chamada pública para apoio a projetos para promoção e fortalecimento do ecossistema de inovação agroecológica	A cancelar	2022	Finep	Chamada Pública	6.000

- CT – AGRO - Resumo da Execução Orçamentária atual e disponibilidade para 2023:**

Orçamento Disponível LOA 2023 (A)	ORÇAMENTO COMPROMETIDO			Saldo do Orçamento (D= A - B - C)
	Carteira em Contratação (B)	Carteira Contratada (C)		
65.454.538,00	20.588.000,00	38.866.538,00		6.000.000,00
			Redistribuição para 2023	35.000.000,00
			<b>Disponível para Novas Ações em 2023</b>	<b>41.000.000,00</b>

Os representantes da Finep frisaram a preocupação com os prazos necessários para o lançamento de novas chamadas ainda em 2023, sendo recomendável a alocação dos recursos em ações com execução vigente no momento ou já finalizada como os editais SELEÇÃO PÚBLICA MCTI/FINEP/FNDCT - pesquisa, desenvolvimento e inovação focada nos sistemas alimentares contemporâneos, novos ingredientes, proteínas alternativas e novas tecnologias de alimentos e CHAMADA PÚBLICA MCTI/FINEP/FNDCT/CT-AGRO - programa cadeias produtivas da bioeconomia MCTI: fomento à ICT – 01/2022.

Após a apresentação referente a execução orçamentária e disponibilidade de recursos para serem investidos em 2023, a presidente do Comitê retomou a importância de ouvir as contribuições dos membros dos Programas estruturantes mobilizadores apresentados e fez uma breve explanação sobre os programas governamentais que estão sendo acompanhados pelo MCTI, no tema Segurança Alimentar e combate à fome, a saber:

**Programa Mais alimentos:** trata -se do incentivo à produção e ao acesso a máquinas específicas para as agricultoras e agricultores familiares que está sendo modelado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA), pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), empresas públicas, movimentos sociais, Universidades, instituições financeiras e representantes da indústria nacional de máquinas e implementos agrícolas.

**Programa Brasil Sem Fome,** trata-se do principal programa voltado à erradicação da fome no Brasil e está sendo elaborado no âmbito da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN), sob a coordenação da Secretaria Extraordinária de Combate à Pobreza e à Fome do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS). O Brasil Sem Fome parte dos aprendizados que levou o país a sair do Mapa da Fome. Duas grandes estratégias anteriores de combate à fome – o Fome Zero – e à pobreza – Brasil Sem Miséria – inspiraram a aposta na reativação de um repertório de políticas públicas que fizeram do Brasil uma referência mundial nessas áreas.

**Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – PLANAPO** - O PLANAPO foi instituído no âmbito da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - PNAPO, com o objetivo de integrar, articular e adequar políticas, programas e ações indutoras da transição agroecológica e da produção orgânica e de base agroecológica, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida da população, por meio do uso sustentável dos recursos naturais e da oferta e consumo de alimentos saudáveis. O Plano está sendo atualizado no âmbito da Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica – CIAPO, revigorado pelo Decreto nº 11.397 de 2023, onde o MCTI também tem assento.

O Diretor do Departamento de Fundos e Investimentos, Rafael Padula falou que está aberto para receber sugestões de aperfeiçoamento aos dez eixos, dizendo que as contribuições podem ser enviadas posteriormente, e se colocou à disposição para tirar dúvidas, informando que as apresentações seriam encaminhadas a todos os membros.

O **Sr. Rodrigo Secioso** de Sá, representante da FINEP iniciou sua fala dizendo que, juntamente com o Sr. Elibio Leopoldo Rech Filho, representante da ABC e o Sr. Cleber Oliveira Soares, representante do MAPA, vem acompanhando os trabalhos do CT Agro nos últimos anos onde houve realmente uma falta de foco, havendo uma grande pulverização de ações. Disse então que fica satisfeito com a orientação de trabalhar por grandes temas, pois é consenso de que precisamos de uma estratégia, um foco para destinar os nossos investimentos. Entre os dez eixos elencados aqui, identifica claramente a maior sinergia do CT Agro com o eixo 10 da Segurança Alimentar e Nutricional, mas também vê questões tangenciais com outros eixos aqui apresentados, como o voltado para a Amazônia, destacando a questão dos novos alimentos amazônicos e as cadeias produtivas da Amazônia ou por bioma específico.

No eixo da Segurança Alimentar e Nutricional, como está apresentado, realmente a grande demanda é a questão da nutrição de plantas, a defesa das plantas, fertilização, bioinsumos a questão da sustentabilidade, hoje vista mais como uma questão diplomática para o agronegócio, mas que, se faz necessária, ser tratada em todas as suas dimensões como a redução do uso da água, a questão do carbono e suas interfaces com as mudanças climáticas. Entende que o CT Agro pode endereçar e estar definindo missões específicas de sustentabilidade para as atividades agropecuárias e florestais e para a recuperação de áreas degradadas.

No que tange à Segurança Alimentar e Nutricional em si, apontou para a necessidade de serem abordados assuntos como o aumento da produtividade e os novos alimentos. O aumento da produtividade aqui, também alcançando as indústrias de alimentos, referindo-se ao processamento, com vista a ampliar a oferta de alimentos.

No que diz respeito ao eixo superação de dependência tecnológica (insumos e equipamentos) contemplando também os problemas de conectividade e de energia que possam suportar o uso e implementação das tecnologias 4.0, o eixo do aumento produtividade na indústria de alimentos e o eixo de sustentabilidade no agronegócio.

Concluiu dizendo que também está participando junto com o MCTI, MDA e MDIC nas discussões para a elaboração do Acordo de Cooperação Técnica (ACT) voltado para o desenvolvimento de soluções no âmbito da agricultura familiar, especificamente o desenvolvimento de equipamentos agrícolas para esse setor do pequeno agricultor, que abrange 77% das propriedades. Disse que no contexto desse acordo a FINEP está propondo a retomada do Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (PRONINC), que mediante a congregação de esforços de cooperativas e ICTS visam agregar e estimular a participação dos produtores rurais em iniciativas populares de capacitação, gestão e tecnificação voltadas à agricultura familiar. Disse que o PRONINC pode ser um programa para ser fomentado no eixo 10, enquanto sugestão inicial para gerar o debate.

O **Sr. Elibio Leopoldo Rech Filho**, representante da ABC, disse que está de pleno acordo com o que o Sr. Rodrigo Secioso de Sá, representante da FINEP, e colocou também, que concorda com a aderência do CT Agro com o Programa Estruturante e Mobilizador número 10, mas em seu entendimento é necessário haver uma sinergia entre os 10 Programas aqui apresentados. Afirmou que essa é uma questão complexa, mas necessária para a convergência de resultados na agricultura. Voltando-se especificamente para a agricultura familiar e a estrutura do agronegócio brasileiro, disse que vem se dedicando, com certa profundidade, ao estudo sobre os censos agropecuários, evidenciando que, como o Sr. Rodrigo Secioso de Sá, representante da FINEP mencionou, que a agricultura familiar corresponde a 70% dos empreendimentos rurais, mas a produtividade corresponde apenas a 3% quando comparado no âmbito do agronegócio. E isso é preocupante, tendo em vista que as áreas ocupadas pela agricultura familiar é a mesma ocupada pelo agronegócio. Diante disso sugeriu utilizar dados do censo agropecuário, em sinergia com a Inteligência Artificial (IA), os estudos de imagens emitidos por satélites e outras tecnologias, para que possamos ligar toda a produção agropecuária à questão da conservação biodiversidade como um produto base para pensar todas as regiões do Brasil a para a definição de ações futuras voltada à agricultura como um todo. A conservação da biodiversidade, da água nas distintas regiões/biomas brasileiras são desafios para todo setor produtivo, que irão refletir positivamente na visão de agro no Brasil. Para isso precisamos “entrar no computador” e ter uma visão muito clara de cada região, conhecer as demandas e as possibilidades do uso para a agricultura familiar nas diferentes regiões do país. Concluiu dizendo que o real problema que precisamos equacionar para promover a verdadeira inclusão social é alocar recurso em um projeto estruturante que permita conhecer as demandas e as capacidades produtivas do pequeno agricultor e as riquezas de nossa biodiversidade de forma que todos possam ter acesso às informações sobre onde produzir o que produzir e como produzir.

A **Sr<sup>a</sup> Angela Kubo**, representando o CNPq, relatou que também concorda com as considerações feitas pelo sr. Rodrigo Secioso de Sá, representante da FINEP, de aderência do CT Agro, com o Programa 10 Segurança Alimentar e Nutricional e erradicação da fome, porém pediu para registrar que, entre os 10 eixos estruturantes, sentiu a falta de um programa mais focado nas ciências agrárias para que se destine recursos para pesquisas tecnológicas voltadas à agricultura de ponta que também tem sua relevância econômica para o país. Reiterou a ideia de que, para a construção de um programa o desenvolvimento da agricultura, faz-se necessário pensar a questão da sustentabilidade, da recuperação de áreas degradadas, do uso da água, demandas de agregação de valor e da indústria alimentícia.

O **Sr. Eduardo Delgado Assad**, da SBPC, manifestou-se dizendo que, conforme foi apresentado, os dados do censo mostram essa enorme diferença que existe entre o pequeno produtor rural e o grande produtor e disse que essa é uma situação que depende de transferência de tecnologia para ser minimizada, disse ainda que não precisamos de novos projetos de P&D precisamos de gestão do conhecimento produzido para que chegue aos pequenos produtores. Continuando disse que o Brasil está pronto para fazer essa transferência, pois contamos com sete mil (7.000) estruturas com capacidade técnico-científicas que podem promover essa transformação no campo da agricultura familiar. Para isso temos as Universidades, os Institutos Federais, as Ematers, a Embrapa todas os demais órgãos Federais e Estaduais. De forma colaborativa essas instituições têm condições de levarem as informações para o pequeno produtor. Isso é uma questão de governança que deve ser pensada no âmbito das políticas públicas.

Em seguida disse que, na mesma linha de pensamento da Sr<sup>a</sup>. Angela Kubo também sente falta de temas que não estão contemplados nos 10 programas estruturantes e citou a questão da Bioeconomia, biotecnologia, bioinformática, biologia avançada, mudanças climáticas e água. A bioeconomia tem um papel importante para

o pequeno agricultor, precisamos realizar um levantamento de quais são os produtos, pois a bioeconomia brasileira pode agregar valor e renda às atividades dos pequenos produtores.

Outra questão são as mudanças climáticas, pois no último ano perdemos cerca de 75 bilhões de reais por questões climáticas e questionou; “até quando vamos perder? Quem está perdendo? Eu acho que não é o grande produtor”.

Precisamos contribuir com as questões de resiliência do pequeno produtor, pensando em sistemas de produção adaptadas às diferentes realidades de cada bioma, principalmente a questão hídrica. E finalizou dizendo, que precisamos mensurar essas demandas e contribuir com aqueles que são mais atingidos pelas questões aqui abordadas, aos pequenos produtores rurais.

O **Sr. Rodrigo Secioso de Sá**, representante da FINEP pediu para complementar as contribuições do Sr. Eduardo Delgado Assad, da SBPC e concordando com o Prof. Elíbio Leopoldo Rech Filho, representante da ABC que há uma base de dados gigantesca e que precisa ser melhor aproveitada por essas instituições mencionadas, precisamos mobilizá-las para ajudarem na geração de empreendimentos vocacionados de acordo com o potencial de cada região. Precisamos modular ações direcionadas, políticas públicas, por demandas locais dos pequenos produtores, a exemplo do PRONINC que organizou os grupos de agricultores.

Quanto aos estudos agronômicos, sugere que o CNPq e a FINEP realizem um levantamento das prospecções tecnológicas já realizadas que necessitem de ensaios para virarem produtos e assim obter resultados e aplicações mais rápidas. Mas também concorda com a necessidade de novos estudos voltados a bioprospecção e ciência de dados nas diferentes vertentes e com isso pensar sobre novas potencialidades da biodiversidade brasileira.

Concluiu dizendo que é necessária uma ação encadeada com os estudos já realizados e as demandas pontuais de cada região gerando assim novas indústrias, novos insumos de médio e longo prazo. Quanto a bioeconomia, penso que essa é uma questão que também tangencia com a indústria química – cosméticos e fármacos entre outros, e precisa ser observada e fomentada. Por fim, também concordou com o Sr. Eduardo Delgado Assad, da SBPC, apoiando a criação de uma décima primeira missão voltada para a bioeconomia, tendo em vista as contribuições que o CT Agro pode trazer para esse seguimento.

O **Sr. Rafael Grilli Felizardo**, representante da CNI, também se pronunciou dizendo que a CNI vem atuando na área da bioeconomia, onde estão sendo realizados estudos e ações votadas para os biomas da Amazônia e do Cerrado com objetivo de gerar e agregar valor aos produtos extraídos da floresta em pé. Informou que a descarbonização será um dos temas do Congresso de Inovação deste ano. Disse ainda, que gerar menos emissão é uma questão a ser discutida no âmbito dos diversos seguimentos e cadeias produtivas, e não só na cadeia agroalimentar. Também destacou a necessidade um programa específico para a bioeconomia, a qual vai tangenciar com as demais missões estratégicas já elencadas pela equipe gestora do FNDCT.

O **Sr. Rodrigo Secioso de Sá**, representante da FINEP, manifestou-se novamente dizendo que há uma preocupação com alocação e a execução dos recursos, mas por outro lado precisamos construir um planejamento que deixe algum legado para os próximos anos, precisamos pensar uma execução que seja adequada às demandas nacionais e mediada por uma política pública de Ciência, Tecnologia e Inovação para o setor. Diante disso solicitou que a presidência desse CT AGRO promovesse reuniões regulares, um ou dois encontros por mês, para que juntos, possamos construir uma visão de futuro para subsidiar o Conselho Diretor sobre as necessidades e prioridades. Por fim, disse que gostaria muito que até setembro tivéssemos uma proposta de investimentos para 2024 para evitar a “armadilha da falta de tempo” que sempre nos remete para o apoio à projetos passados”.

A presidente acatou as sugestões ouvidas até o momento e deliberou pela construção de uma agenda de reuniões a iniciarem ainda esse mês, em quinze dias a depender da disponibilidade de agenda dos membros. Também acatou a proposta de construção de uma política estratégica de visão de futuro para o setor do AGRO, ancorado em princípios e diretrizes que coadunem com o atual projeto de desenvolvimento do país.

Disse então que para isso, dada a complexidade dos assuntos a serem tratados, sob o ponto de vista do diagnóstico e da prospecção faz-se necessário que cada instituição, aqui representada, elenquem com suas equipes técnicas as proposições estratégicas para a construção de uma proposta de política pública/um plano de ação para a agricultura sustentável, além de estudos/levantamentos e diagnóstico que possam contribuir com as discussões das próximas reuniões.

Todos os membros concordaram com os encaminhamentos propostos e o Sr. Rodrigo Secioso de Sá, representante da FINEP, fez uma última contribuição sugerindo que o MCTI buscasse um estudo realizado pela



Fundação CERTI, coordenado pelo Sr. Marcos Aurélio, Mapeamento de Empreendimentos de Base.

Por fim, a presidente do CT Agro, agradeceu a presença de todos, se colocando à disposição para contribuir com o que for necessário para que as construções deste Comitê Gestor do Agronegócio se efetivem como importantes estratégias para garantir a produção de alimentos suficientes para a erradicação da fome no país.

#### **ENCAMINHAMENTO:**

Com base no que foi discutido durante a reunião do dia 13 de junho de 2023, esse Comitê Gestor do Agronegócio orienta a destinação dos **41 milhões de reais disponíveis no exercício de 2023 ao Programa de Ciência, Tecnologia e Inovação para Segurança Alimentar e erradicação da Fome, por este ser o que possui, nesse momento, maior aderência imediata com as pautas do CT AGRO, observada as contribuições feita pelos membros, conforme registrado nesta Ata de Reunião.**

Foi verificada a necessidade de elaboração de novos programas que contemplem mais especificamente temas do agronegócio brasileiro, como por exemplo, o uso da biodiversidade brasileira, e que deveriam ser feitos levantamentos de informações sobre isso para a próxima reunião.

Salienta-se que a agenda de Ciência, Tecnologia e Inovação (C, T&I) tem papel central na promoção do desenvolvimento socioeconômico dos países no contexto do cenário mundial contemporâneo, marcado pela crescente exigência de ganhos de produtividade aliados à sustentabilidade. O investimento contínuo em C, T&I, que possa proporcionar ganhos de qualidade a todos os extratos da sociedade é o compromisso do atual governo. Trazer novamente a C, T&I para o espaço de protagonista no desenvolvimento nacional é, também, o compromisso da atual gestão deste Ministério. Esse protagonismo precisa se dar em todas as vertentes; da pesquisa científica ao produto material, passando pelo incentivo à extensão tecnológica e à industrialização que gere emprego, que produza resultados socioambientais e crescimento econômico, com respeito à sócio biodiversidade. A agenda do CT Agro também se volta para a inclusão social e para a redução das desigualdades existentes no País. A ciência e a tecnologia podem contribuir, decisivamente para o desenvolvimento de soluções inovadoras voltadas para a agricultura e para melhorar a qualidade de vida da população, seja por meio do investimento em pesquisa, desenvolvimento e inovação, extensão tecnológica e disseminação de tecnologias voltadas à Soberania e a Segurança Alimentar e Nutricional e para a erradicação da fome em nosso país.

Nada mais havendo a tratar, a presidente do Comitê CT-Agro, encerrou a reunião às 16 horas e 20 minutos, fez os agradecimentos finais. Esta Ata seguiu para apreciação e aprovação dos membros deste Comitê, designados em Portaria e presentes na reunião, conforme consta no Processo SEI 01245.011682/2023-71, agora assinada, via Sistema Eletrônico de Informações (SEI).

**Sônia da Costa**

**Presidente do Comitê Gestor do Fundo Setorial do Agronegócio**



Documento assinado eletronicamente por **Sônia da Costa, Diretor do Departamento de Tecnologia Social, Economia Solidária e Tecnologia Assistiva**, em 24/05/2024, às 14:50 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcti.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **11771095** e o código CRC **EB466E34**.